



ISSN:2763-5716

POLIGES

Revista de Políticas Públicas e  
Gestão EducacionalITAPETINGA,  
2023

## O GOLPE E AS REVERBERAÇÕES NA POLÍTICA EDUCACIONAL

THE COUP AND THE REVERBERATIONS ON EDUCATIONAL POLICY

EL GOLPE DE ESTADO Y SUS REPERCUSIONES EN LA POLÍTICA EDUCATIVA

**Leandro Muniz Lima Andrade**ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0007-5362-2507>

Universidade Federal de Uberlândia (UFU) - Brasil

**Darluce Andrade de Queiroz Muniz**ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-7502-2269>

Universidade Federal de Uberlândia (UFU) - Brasil

**Ana Paula Souza Báfica**ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-5775-866X>

Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) - Brasil

**DOI: 10.22481/poliges.v4i1.12303**

**Resumo:** Esse texto tem a intenção de discutir as reverberações do golpe nas políticas sociais e educacionais, relacionando o acirramento do neoliberalismo com o movimento da privatização da educação. Nesse sentido, por meio de uma pesquisa bibliográfica, buscou-se na literatura, a discussão do golpe, e suas conexões com as políticas neoliberais, e como a justaposição dos dois campos reverberou nas políticas educacionais no pós-golpe. Deste modo, por meio de autores críticos como Freitas (2016; 2018); Garcia (2018); Saviani (2018), buscamos identificar o movimento percorrido pelas políticas, após 2016, o que nos levou a compreensão da agenda de privatização da gestão da educação, por meio, da inserção de tecnologias de gestão de empresas privadas dentro das escolas. Nesse sentido, as reverberações do golpe se apresentaram nos currículos, no financiamento, no direito à escola pública socialmente referenciada e de qualidade, e principalmente, na gestão da educação.

**Palavras-chave:** Golpe. Neoliberalismo. Privatização

**Abstract:** This text aims to discuss the reverberations of the coup in social and educational policies, relating the intensification of neoliberalism with the movement of privatization of education. In this sense, through a bibliographical research, it was sought in the literature, the discussion of the coup, and its connection with neoliberal policies, and how the juxtaposition of the two fields reverberated in educational policies in the post-coup period. Thus, through critical authors such as Freitas (2016; 2018); Garcia (2018); Savianni (2018), we sought to identify the movement taken by the policies after 2016, which led us to

understand the agenda of privatization of educational management, through the insertion of management technologies of private companies within schools. In this sense, the reverberations of the coup presented themselves in the curricula, in funding, in the right to socially referenced and quality public schools, and especially in the management of education.

**Keywords:** Coup. Neoliberalism. Privatization

**Resumen:** Este texto tiene como objetivo discutir las reverberaciones del golpe en las políticas sociales y educativas, relacionando la agudización del neoliberalismo con el movimiento de privatización de la educación. En este sentido, a través de una investigación bibliográfica, se buscó en la literatura, la discusión del golpe, y su conexión con las políticas neoliberales, y cómo la yuxtaposición de los dos campos reverberó en las políticas educativas en el período post-golpe. Así, a través de autores críticos como Freitas (2016; 2018); García (2018); Savianni (2018), buscamos identificar el movimiento tomado por las políticas después de 2016, que nos llevó a comprender la agenda de privatización de la gestión educativa, a través de la inserción de tecnologías de gestión de empresas privadas dentro de las escuelas. En este sentido, las reverberaciones del golpe se presentaron en los currículos, en el financiamiento, en el derecho a una escuela pública socialmente referenciada y de calidad, y principalmente, en la gestión de la educación.

**Palabras clave:** Golpe. Neoliberalismo. Privatización

## Introdução

O golpe jurídico-midiático-parlamentar (SAVIANI, 2018) rompeu com a institucionalidade democrática e mudou o curso das políticas educacionais e sociais. O contexto do pós-golpe apresentou um aprofundamento do neoliberalismo, apresentando reformas que combinam ultraneoliberalismo e ultraconservadorismo (CASSIN, 2022). E esse casamento não-monogâmico produz um movimento que flerta com a ultradireita, fascismo, religião e conservadorismo, que culminam na produção de políticas educacionais reacionárias, embutidas de caráter não-científico e impulsionada por meio de *fakenews*.

O golpe em todas as suas facetas se consolidou por meio das mídias, a massificação de notícias que personalizou a corrupção ao PT – Partidos dos trabalhadores, com horas e horas de matérias jornalísticas na pura e clara intenção de macular a imagem e impedir que o partido continuasse no poder.

Todo esse processo culminou com o *impeachment* de uma presidente democraticamente eleita, e os desdobramentos desse movimento na condução do Estado, permitiu que o Brasil retrocedesse nas políticas educacionais, e principalmente, na política de proteção social para as camadas populares.

No campo educacional essas reverberações ocorreram com o acirramento do discurso neoconservador, na defesa na escola sem partido, homeschooling, implantação de escola-cívico militar, privatização do pré-sal que retirou da educação os recursos dos royalties, retirada de investimento das universidades, e, na politização do MEC – Ministério da Educação (caso do balcão dos negócios dos pastores).

Diante do exposto, esse texto busca discutir as reverberações do golpe nas políticas sociais e educacionais, relacionando o acirramento da política neoliberal com o movimento da privatização da educação, nesse sentido, dividimos a discussão em três seções: a primeira se propõe a descrever o golpe e sua constituição; a segunda, relaciona a luta de classes presente na semântica do golpe, por meio de uma imagem realizada no dia da aprovação da EC – Emenda Constitucional/95; e por fim, a discussão da política neoliberal que promoveu um alargamento da privatização da educação, por meio da aquisição de tecnologias de gestão empresarial.

### **O golpe: controle político e interfaces políticas**

O golpe sofrido pela Presidente Dilma, sob o crime de responsabilidade fiscal, apresentou complexidades, e desdobramentos que indicam intervenção externa na política brasileira. Deste modo, Bezerra Neto e Santos (2017) expõem a faceta do golpe de 2016 trazendo à tona o papel dos EUA/Washington/Waal Street na disputa pelo controle da América Latina, que apresenta a influência no caso brasileiro, desde o golpe de 1964, que impôs ao Brasil 20 anos de ditadura.

Nesse mesmo período da ditadura militar, o movimento de resistência ao domínio norte-americano, permitiu que as forças sociais organizadas fossem se articulando e lutando contra o regime, e é neste cenário que surgiu o PT – Partido dos Trabalhadores, a CUT – Central Única dos Trabalhadores, e outras entidades que se constituíram com interlocutores da classe trabalhadora.

Com a chegada das eleições democráticas, o PT participou de três pleitos saindo derrotado nesses pleitos, de forma consecutiva, saindo vitorioso somente em 2002. A vitória de Lula representou uma racha nos grupos históricos que se

mantiveram no poder e ao longo da história republicana, entretanto, se por um lado as gestões de Lula apresentaram grandes avanços nas áreas sociais, ainda que o modelo econômico tenha sido trilhado por meio do neodesenvolvimentistas; e por outros lados, esse período foi marcado pelas denúncias de corrupção, que culminou com o julgamento do mensalão<sup>1</sup> fragilizando bastante a imagem do PT perante a opinião pública.

Para Alves (2017) a adoção das políticas neodesenvolvimentistas, que podem se apresentar conceitualmente com o nome de política social liberal, que reconfigura o neoliberalismo, mas, não o abandona de fato, deste modo, apesar do PT representar um desejo de mudança de percurso na condução do país, ele não realizou grandes mudanças na estrutura oligárquica do Brasil. Nesse sentido o autor apresenta que,

Temos hoje um longo percurso histórico que não nos permite mais se iludir com a Casa Grande sob pena de repetirmos o passado. O único interessado no projeto de Nação é o povo brasileiro, alvo de intensa manipulação social que visa bloqueá-lo como sujeito histórico em si e para si. O problema do Brasil não é o deficit democrático, mas sim a equação sinistra do atraso político que nos condena às leis históricas da pulsão golpista da miséria brasileira (ALVES, 2017, p. 127).

O conceito de miséria brasileira apresentada no texto é explicado pelo autor de modo que, o que dá consistência é a correlação dos diversos fatores políticos, que se articulam por meio de leis históricas que compõem a “pulsão reacionária”, dando ação à fisiologia política e social da nossa história, corroendo a nossa república, e que são operacionalizados pelo capitalismo retardatário, pelo modo senhoril e escravocrata que se articula com a hegemonia global, fazendo com que o país opere em um movimento pendular da história brasileira, que opera entre a “farsa e a tragédia” (ALVES, 2017).

A eleição da guerrilheira Dilma Vana Rousseff foi mais um agravo para a burguesia, que já vinha sinalizando o seu descontentamento com a gestão de Lula. Entretanto, o combate à corrupção engendrada por Dilma feriu gravemente a classe política, que se juntou a insatisfação da burguesia, da classe média raivosa, “as

---

<sup>1</sup> O escândalo do mensalão, se consolidou a partir de repasses dos fundos de empresas, que faziam doações ao Partido dos Trabalhadores (PT) para angariar o apoio de políticos.

jornadas de junho” que trouxeram um clima de que o Brasil precisava mudar, que o povo estava insatisfeito, quando na verdade foi uma articulação do poder hegemônico para retomar o lugar que ocupou ao longo da nossa história.

A questão do golpe de 2016 e a conjuntura de fatores que confluíram para houvesse a ruptura no Estado democrático de direito, tem sua origem e o seu percurso histórico, a partir da reação dos setores conservadores à chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder, que se espalhou com o descontentamento à política instituída como base no neodesenvolvimento econômico nos governos de Lula e Dilma, e com a ampla perseguição, composta pela articulação do poder judiciário, por parte da mídia e dos setores anti-PT, começando com a ampla publicização do caso do mensalão e culminando com a Lava-jato, tornando o PT como o partido que mais sofreu com a falácia midiática.

Nesse sentido, a aglutinação de fatores que organizaram a conjuntura do golpe adveio de três aspectos: o primeiro refere-se a crise econômica do capitalismo global e da condução da política econômica brasileira que não agradou aos rentistas; o segundo a partir da organização da direita neoliberal com o centrão e a ofensiva da mídia brasileira; e por fim, a conquista de boa parte da sociedade política, que se mostrou contrária a reeleição de Dilma Rousseff, que estava desagradando os rentistas e a sociedade política e dadas as questões de ordem ideológica e econômica a narrativa do golpe estava instaurada.

Deste modo, a insatisfação da burguesia com o PT permitiu a organização da direita brasileira, que se deu no âmbito da sociedade política, por meio da junção dos ideais da direita fisiológica (PMDB) e da direita ideológica (PSDB) e no âmbito da sociedade civil com o Movimento Brasil Livre - MBL, Revoltados Online, classe média raivosa e a mídia golpista neoliberal, que a partir da massificação das denúncias conseguiram colocar no imaginário da população que a corrupção estava no âmago do PT, e nesse sentido, esses setores juntos operacionalizaram o golpe que derrubou o neodesenvolvimentismo de esquerda, fragmentou o lulismo, recompôs a direita e por fim promoveu as reformas mais impopulares para o povo brasileiro. Deste modo, Lima (2017), afirma que,

As manifestações tinham um viés conservador, caracterizadas por movimentos da intitulada “direita transante”; contavam com uma

maioria de jovens transvestidos de verde–amarelo (tratados como os “coxinhas”); eram, também, conduzidas por setores das classes altas e médias da sociedade (LIMA, 2017, p. 137).

O autor ainda argumenta que a narrativa do golpe é sustentada pela crise política entre o PT e a ala neoliberal do PMDB, nesse sentido o autor aponta que é preciso ressignificar o golpe por este conter elementos diferentes que os anteriores, mas sempre conservando os aspectos de manter em curso o projeto neoliberal.

Deste modo, o golpe representou a retomada do poder pela burguesia trazendo para o povo políticas microeconômicas, de forma que a política de governo do presidente Temer, nada mais foi que um segundo golpe para o povo, pois tratava de recolocar o Brasil no curso do neoliberalismo, diminuindo de forma drástica as políticas sociais, por meio da PEC 241 (Câmara Federal) e PEC 55 (Senado Federal) que foi o texto base para Emenda Constitucional Nº 95.

O golpe parlamentar foi um meio encontrado pelo capital para a recomposição da sua hegemonia. Nesse sentido, a crise mundial do capital e a ofensiva neoliberal nos países periféricos, que trazem para as pessoas discursos carregados de ideologia, tais como dignidade e liberdade e por meio desses conceitos colocam no imaginário da classe trabalhadora uma falácia, afinal, em uma sociedade onde os meios de produção estão na mão de um grupo muito pequeno e que se apropriam da força do trabalho da classe trabalhadora de forma expropriativa (SANTOS; MALANCHEN, 2017). Elas apresentam ainda como o pós-golpe se apresentou com um acirramento da luta de classe, o desmonte da educação, saúde e direitos sociais, tendo como consequência a reorganização das forças hegemônicas e uma maior abertura para o capitalismo. Nesse sentido, as autoras afirmam que nesse movimento que se estabeleceu por meio da direita neoliberal, permitiu que

As massas populares são utilizadas para fazer levantes que não convertem em ações populares, pelo contrário, voltam-se para defesas de pautas e projetos que desqualificam as condições objetivas da própria classe a que pertencem (na maioria das vezes, a classe trabalhadora não tem compreensão sobre o próprio pertencimento), atacando, em primeiro lugar, a garantia de direitos sociais como saúde e educação (SANTOS; MALANCHEN, 2017, p. 164).

O apelo mediático foi decisivo para que diversos sujeitos da classe trabalhadora aderissem a esse movimento que conclamava por mudanças na política, a pauta se alicerçava na moralização, no combate à corrupção, e principalmente, com o movimento de promoção do pânico moral. Observa-se que as vozes se intercalavam entre as questões econômicas e as pautas de costumes, o que tornava o movimento difuso, por conter uma polifonia representativa.

Essa contradição apresentada nesse movimento pró-golpe, onde jovens das classes populares estavam nas ruas nas jornadas de junho é um processo que ainda carece muita reflexão e análise, Medeiros (2014) afirma que uma das possibilidades “podem ser relacionadas com o debate acerca da nova classe social que teria surgido no Brasil pós-governo Lula, que alguns chamam de nova classe média e outros de nova classe trabalhadora” (p. 87). Assim, esse novo grupo possuía desejos e percepções ideológicas que foram facilmente capitaneados por grupos políticos que estavam mais conectados com as ideias defendidas pela direita liberal. Utilizando-se desse novo grupo social, que apesar da transição da classe trabalhadora, ainda assim, pertence a classe trabalhadora, porém destituída de uma consciência política, e totalmente tomada por uma consciência ingênua.

Ao se conectar com os ideais ultraliberais, esses sujeitos não analisam criticamente que estão sendo usados por políticos, que defendem políticas contrárias às classes trabalhadoras, assim, Fontes (2020) afirma que

Os desdobramentos do ordoliberalismo, do neoliberalismo, do ultraliberalismo e, agora, do ultraneoliberalismo desvelam sua face mais óbvia –trata-se unicamente de defender a propriedade do capital, e sua pressa feroz em extrair mais-valor, pisoteando sobre as massas trabalhadoras (FONTES, 2020, p.12)

A mídia teve um papel importante para a subtração da consciência crítica da classe trabalhadora, tornando-a de fácil manipulação, e destituindo-a da capacidade de se reconhecer como classe operária e dependente de políticas de proteção social.

## A leitura da imagem dos desdobramentos do golpe e as contradições sociais

**Imagem 1 – Sujeitos e espaços de representação**



**Fonte:**

<https://www.facebook.com/MidiaNINJA/photos/a.164308700393950.1073741828.164188247072662/771201106371370/>

A fotografia foi tirada no dia 29 de novembro de 2016, do lado de dentro da Câmara de Deputados (no saguão interno do Câmara), foi publicada no Brasil, com uso da linguagem local, e teve como suporte para a publicação a mídia social do *Facebook*, que se constitui como uma rede social de ampla utilização em diversos países do mundo. A referida imagem foi um clique da jornalista Gisele Arthur.

A referida foto foi produzida no dia em que acontecia no Senado Federal a votação da Proposta de Emenda Constitucional 55 (PEC 55), que tramitou na Câmara Federal como a PEC 241. Nesse sentido, no ambiente exterior às duas

Casas Legislativas acontecia uma manifestação da sociedade civil, contra a proposta que estava em votação, que incidiria sobre o congelamento de gastos em áreas sociais como educação e saúde. Assim, enquanto acontecia a votação no Senado Federal, a manifestação no ambiente externo, dentro da Câmara dos Deputados acontecia prêmio “Selo de Participação Legislativa”, desta forma, a foto foi retirada quando era servido o coquetel para os ganhadores do referido prêmio.

A imagem teve ampla repercussão no período em que foi publicada, pois permitiu diversas análises a partir daquele ângulo que foi retratado. Deste modo, apesar de não ser a intenção da autora da fotografia, a imagem retrata como naquele momento se configurava e a relação entre Estado, classe trabalhadora, e burguesia.

Segundo a autora da fotografia, a intenção ao divulgar a foto em seu perfil do *Instagram* não tinha a intenção de trazer as leituras e a repercussão (UOL,2016). Assim, o que parece, é que ela publicou uma foto de mais um dia de trabalho, mas as leituras sociais realizadas a partir da imagem trouxeram à tona críticas: ao olhar ausente da burguesia que tranquilamente desfrutava de um coquetel, à polícia que reprimia com violência os manifestantes e à segurança legislativa que assistia impassível como se a cena que se desdobrava à sua frente não tinha relação com a sua própria vida.

A fotografia em questão não foi tirada com a intenção de virar um fato histórico-político, a autora afirmou em entrevista para o jornalista Fausto Carneiro, do *site* UOL que a imagem ganhou outras proporções, que vários factoides foram levantados e que não eram verdadeiros, a exemplo, de que as pessoas que estavam no coquetel da premiação, estavam sem preocupação com os eventos que ocorria no lado de fora, e de acordo com o que afirmou na entrevista, a fotografia ganharam outros sentidos, o que a tornou vítima da internet.

Entretanto, é possível notar por meio do título da reportagem “Você deve ter visto essa foto da manifestação. Mas não é bem o que parece” que a referida matéria, que continha a entrevista da autora da fotografia, tinha um claro intuito de limpar a imagem do seletor grupo que estava na ala da Câmara, ao que denominamos comumente de grupo da burguesia. Assim, por meio da repercussão da imagem postada, esse grupo pode ter sentido o desconforto com a conotação de

que não estavam se importando, com o que acontecia no entorno do congresso, buscou por meio da mídia, trazer um novo discurso para as redes.

De acordo, com o que autora relatou na entrevista, fica claro que sua intenção não foi politizar a imagem, que foi apenas uma postagem sem o objetivo de tornar algo viral, nesse sentido, vale uma reflexão sobre como as redes digitais são poderosas e tornam um ato comum e corriqueiro em um grande debate polissêmico.

A fotografia se apresenta em duas perspectivas a primeira refere-se a um processo de publicação de uma foto sem uma análise crítica, sem uma intencionalidade de provocar uma reflexão na sociedade; e a segunda refere-se ao *repost* realizado pela página da “Mídia Ninja” e que a partir deste e do seu alcance, permitiu que a fotografia adquirisse um novo contorno e uma leitura social dos fatos.

Para além de uma imagem estática de um momento e de um fato, é preciso assinalar que ela poderia ter passado despercebida, caso o processo político do Brasil não estivesse esfacelado, desde o golpe jurídico/parlamentar/midiático, nessa direção, cabe-nos aqui uma reflexão sobre o contexto político que levou a fotografia para um debate amplo e político.

Essa fotografia que circulou na internet foi analisada por Franco *et al* (2017) em uma discussão sobre o signo do golpe, a referida imagem traz uma ampla discussão e sentido sobre como o golpe orquestrado pela direita neoliberal, que faz parte de uma articulação maior, se apropriou das instituições políticas e de democráticas, para que reformas impopulares acontecesse no âmbito nacional. Nesse sentido, os autores abordam como o corpo-Estado e o corpo-social se configuram na famosa fotografia.

Deste modo, separado apenas pelo vidro, políticos e convidados desfrutam de um coquetel em uma ala da Câmara dos Deputados, nesses cenários as pessoas presentes aparentemente se mostram alheias ao que ocorre lá fora, onde diversas pessoas se manifestam contra a aprovação da PEC, sendo duramente reprimidos pela polícia.

A sociedade é aquela que se faz presente e se corporifica do lado externo do Congresso, que luta, resiste e combate contra um corpo-Estado invisível (de políticos que ali já não se fazem presentes) e ao mesmo tempo material (Policiais, seguranças) (FRANCO et al, 2017, p, 209).

Os autores dividem a foto em metassemema<sup>2</sup> e a partir deles é que vai analisando como os corpos vão adquirindo vontades distintas e como a imagem representa o modo como o golpe pode ser entendido dentro do espaço social.

Nesse sentido, o que se apresenta é que várias análises podem ser feitas a partir da imagem em questão. Ao analisar a questão do vidro que divide a burguesia da classe trabalhadora, pode-se analisar da fragilidade da barreira de proteção (vidro), mas o que a mantém ali imperiosa são os seguranças, homens pretos, que ao esquecer-se da sua condição de classe, se mantém com expectadores da cena que se desenrola à sua frente.

Os desdobramentos advindos dessa imagem retratada por meio de uma fotografia retratam de maneira clara como se dão as lutas de classes, pois enquanto o grupo mais impactado pelas reformas que estavam em pauta no Senado naquele dia era duramente reprimido pela polícia (poder estatal), o outro grupo que desfrutam de privilégios estava sendo recepcionado com um coquetel e homenagens, separados apenas por um frágil vidro. O que nos remete a pensar no documentário filmado em 2008, produzido pela cineasta Luiza Campos, disponibilizado em seu canal no *Youtube*, em junho de 2022, nomeado de “Alphaville do lado de dentro do muro”. No documentário a vida luxuosa, segura e muito glamorosa do condomínio de luxo de Alphaville é separada dos bairros pobres que estão ao redor por um muro de segurança máxima.

Na foto e no documentário esses dois grupos sociais distintos apresentam momentos em que um pode adentrar no ambiente do outro, na fotografia isso acontece por meio dos garçons que estão na foto, e em Alphaville quando os moradores das favelas vão trabalhar em posições subalternas dentro do condomínio. Em ambos os casos, a vestimenta destes trabalhadores é padronizada para que fique visível para os moradores e homenageados que são e o que fazem aquelas pessoas.

A análise acerca dessa imagem são muitas e ainda que a qualidade não seja tão boa, fato afirmado inclusive pela autora da fotografia nos permite fazer análises, entretanto, essa análise precisa de uma análise de contexto, sem isto fica

---

<sup>2</sup> Figura que substitui um semema por um outro, resultando em alterações no plano do significado.

desprovida do sentido mais profundo, o de divisão de classe. Nesse sentido, pensar sobre a que classe pertence os homens que protegem os vidros e os que atacam com bomba, não permite pensar como o projeto político ideológico destituiu destes sujeitos suas capacidades de pensar como classe trabalhadora.

Passados 06 anos da publicação desta foto ela ainda é bastante atual, basta que observemos como se deu o processo eleitoral no último dia 30 de outubro de 2022, em um movimento bastante complexo, foi possível que os estados mais pobres tenderam o seu voto ao presidente Lula, enquanto aqueles que detêm de maiores privilégios reafirmaram seu voto no atual presidente (quase ex-presidente, visto que esse texto foi escrito em dezembro de 2022). Só que ao contrário do desdobramento que aconteceu no dia desta fotografia, desta vez a classe trabalhadora alcançou uma pequena vitória.

### **O golpe e os desdobramentos na educação**

O pós-golpe foi marcado por reformas: reforma trabalhista (2017), reforma do Ensino Médio (2017), reforma da previdência (2018); instituição da Base Nacional Curricular Comum que foi aprovado em meio às polêmicas do desmonte do CNE – Conselho Nacional de Educação (AGUIAR, 2014). E, principalmente, da aprovação da Emenda Constitucional que instituiu o teto de gastos, que agravou de forma sistemática o financiamento da educação, com reverberações nos cumprimentos do PNE – Plano Nacional de Educação (DUTRA; FREITAS (2018) e do PAR – Plano de Ações Articuladas, que deixou de ser um plano que fomentava o regime de colaboração, e passou a ser uma mera ferramenta de gestão.

No entanto, uma das questões mais observadas no contexto do pós-golpe a apresenta na intensificação de uma política privatista, por meio da inserção do setor privado na gestão da educação. Dito isto, a educação e sua privatização tornaram-se um lócus onde o capitalismo encontrou espaço para a ampliação do capital. Minto (2010) apresenta que o movimento privatista da educação brasileira

não é uma decisão meramente política tomada por dirigentes insensatos. Ao contrário, é resultado de um processo histórico de

caráter estrutural, que visa responder as necessidades do atual estágio do desenvolvimento do capitalismo (MINTO, 2010, p. 199).

O processo de decisão política que reverbera na educação é constituída por um movimento histórico, que apresenta contradição por estar imbuída dos interesses em jogo no escopo social. Freitas (2014a; 2016b) afirma que a busca da hegemonia está em duas arenas: gestão escolar e processo formativo. Que nesta direção, é corroborada pelos estudos de Garcia (2018). De forma que ambos os campos servem para controlar a escola e colocá-la em favor do mercado produtivo. Nesse sentido, o que seria um modelo de gestão adequado? Ao que Freitas (2016) responde:

O modelo de gestão considerado eficaz é o da iniciativa privada, cujo centro está baseado em controle e responsabilização, ou seja, em processos de fixação de metas objetivas submetidas a avaliação e divulgação, associadas a prêmio ou punição, na dependência dos resultados obtidos. Os supostos básicos do seu bom funcionamento são o controle gerencial e a concorrência sob as leis do mercado (p. 140).

Peroni *et al* (2017) afirmam que o debate sobre as reformas educacionais não aconteceu e foram aprovadas sem a discussão com classe trabalhadora, de modo, que professores e pesquisadores estão fora do processo, assim, o após o golpe, essas reformas

estão sendo aprovadas sob sua resistência, como no caso da Reforma do Ensino Médio, da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do ESP, que vêm demonstrando a disputa por projetos distintos e que tem como foco a direção e o conteúdo da educação pública brasileira (PERONI; CAETANO; LIMA, 2017, P. 418).

Assim, a gestão da educação, e, portanto, a gestão escolar tem se tornado uma arena de disputa, com o discurso afinado para reafirmar a experiência na administração da coisa pública, pelo setor privatista. Portanto, a escola se tornou o alvo preferido das consultorias, e das empresas que objetivando lucro, buscam intervir na gestão escolar (GARCIA, 2018). Para a autora, a privatização da educação se apresenta como,

[...] processo complexo podendo se apresentar em modelos que diversos, mas não necessariamente excludentes. Para a gestão escolar, entende-se, também se apresenta como possibilidade a transferência da gestão para o setor privado por meio de delegação de todas as responsabilidades ou de parte delas, ou ainda pela adoção de instrumentos privados de gestão por parte do poder público (GARCIA, 2018, p. 1358).

Dito isto, a educação e sua privatização tornaram-se um lócus onde o capitalismo encontrou espaço para a ampliação do capital. Assim, a gestão da educação, e, portanto, a gestão escolar tem se tornado uma arena de disputa, com o discurso afinado para reafirmar a experiência na administração da coisa pública, pelo setor privatista. Portanto, a escola se tornou o alvo preferido das consultorias, e das empresas que objetivando lucro buscam intervir na gestão escolar (GARCIA, 2018).

Garcia (2018) traz para a discussão o conceito hiperburocratização, cunhado inicialmente por Lícínio Lima (2012), que se configura como a adoção de práticas gerenciais e o uso de tecnologias empresariais que visam trazer para a gestão pública a perspectiva empresarial. Seguindo a argumentação trazida por Lima (2012) no caso português, Garcia (2018) apresenta a ideia de privatização pela perspectiva do *latu sensu* (que seria introdução da teoria e métodos de gestão privada na administração pública) e a perspectiva de *stricto sensu* (que visa a fundação de escolas privadas). Nesse sentido, há de se perceber que a privatização da educação vem aprimorando cada vez mais a sua forma de operação e apropriação.

Sabemos que muitas dessas iniciativas privadas apresentam a gestão da qualidade total, entretanto, estas não se apresentam de maneira explícita, entretanto, suas características se fazem presentes nas ferramentas utilizadas (GARCIA, 2018).

No contexto, da interferência privada na gestão o papel do diretor escolar é configurado para que este seja “apresentado como liderança fundamental ao sucesso dos programas, reedita a tradicional centralidade do administrador” (GARCIA, 2018, p, 1368), tornando a atividade do diretor ainda mais complexa e com a responsabilidade pelo sucesso da escolar frente às avaliações educacionais.

A esse respeito o que o privatismo apresenta para a educação é a estratégia empresarial como o “peso da técnica e do planejamento” (GARCIA, 2018, p. 1368). Sob a centralidade do papel do diretor escolar. De acordo com Freitas (2018), essa tática nada tem de inovadora e sim que esta se configura como uma configuração do tecnicismo. Para finalizar Garcia (2018), apresenta que a Nova Gestão pública é apresentada como solução para as sucessivas crises do capital. Nesse sentido, os desdobramentos que se seguem caminham-se para a privatização, governança, gerencialismo, parceria pública privada “que produz menos inovação e mais recuperação de padrões já históricos no campo da administração empresarial, além de intensificação do trabalho para os gestores escolares” (GARCIA, 2018, p. 1372).

Garcia (2018) ao centrar na sua análise nos projetos oriundos da participação do setor privado, por meio de “assessorias na gestão pública” (p. 1361), encontrou em sua pesquisa 85 programas de gestão, com 154 atuações de instituições, que em sua maioria encontra-se no Sudeste (81 instituições) e no Nordeste (38 instituições). Registrou-se de forma mais significativa a recorrência de participação do Instituto Unibanco, Instituto Ayrton Senna e o Instituto Corresponsabilidade pela educação. Ainda que cada ator atue de forma distinta, o que se observa é que apresentam em comum alguns aspectos que conduzem a formulação dos projetos que se caracterizam da seguinte maneira: “visão da gestão escolar, método, instrumentos de apoio e controle do trabalho e formas de avaliação de desempenho das escolas” (GARCIA, 2018, p. 1364).

Para Laval (2019) ‘a escola passa por uma crise crônica (...) uma crise de legitimidade’ (p. 15). E como resposta a essa problemática apresenta -se a nova gestão pública, que para Freitas (2018) isso representa,

uma demanda de inserção da atividade educacional no livre mercado pleno, o que equivale a promover a destruição do sistema educacional público e do controle estatal (regulação) das escolas – incluindo eliminar seus sistemas de gestão democrática –, os quais seriam, nessa visão, os responsáveis por impedir o livre funcionamento das leis de mercado em ambiente educacional. Trata-se de que a escola seja vista como uma “organização empresarial” de prestação de “serviços” (p. 54- 55).

A escola não é uma empresa (LAVAL, 2019), essa devia ser a discussão concreta em todas as instituições educacionais, entretanto, o movimento trilhado pela política educacional, que se apresentam sempre com o discurso de reformas, mas, sob essa ótica, o que estamos vivenciando é sempre um movimento privatista, que tem tomado a gestão da escolar, em busca de resultados, e de responsabilização dos agentes educacionais por melhorias dos resultados.

### **Considerações finais**

Ao buscar discutir as reverberações do golpe nas políticas sociais e educacionais, buscando relacionar o acirramento do neoliberalismo com o movimento da privatização da educação, apresentamos que o golpe no Brasil apresenta um caráter de intervenção externa, do capitalismo e da política norte-americana, como forma de manter a sua hegemonia sob as nações latino-americanas.

Nesse sentido, as mudanças apresentadas após o golpe-jurídico-midiático-parlamentar, afetou diretamente as camadas populares, a imagem apresentada na discussão acima, proporcionou uma reflexão de como um mesmo evento pode ser encarado de formas distintas, se a aprovação de uma EC colocou um grupo de pessoas em protesto, pois esta impactaria nos direitos sociais, separado apenas por um frágil vidro e pela proteção policial, outro grupo de pessoas desfrutava de uma aparente tranquilidade, pois sabia que a sua vida não seria alterada com o teto de gastos. A fotografia representou na época, o modo como grupos distintos enfrentam questões políticas econômicas de cunho neoliberais.

Esse processo foi apenas o início da ofensiva sobre à educação, pois os desdobramentos seguintes, se apresentaram na educação, por meio da redução do financiamento, na formação de professores, na oferta do direito constitucional à educação, e principalmente, na gestão da educação, que sofreu intervenção privatista, sob às suas diversas formas, mas, principalmente com a inserção do setor privado na gestão dos sistemas de ensinos e das escolas. Os desdobramentos desse processo retiram da escola a autonomia, a capacidade de realizar uma gestão

democrática, tornando a educação suscetível a influências de políticas morais, de perseguição de grupos sectários e institucionalmente frágil.

Entretanto, o movimento de resistência se apresentou por meio das instituições organizadas, dos sindicatos e dos professores que se mantiveram na luta contra toda essa política de enfraquecimento da educação pública.

## Referências

AGUIAR, Márcia Angela da Silva. Relato da resistência à instituição da BNCC pelo Conselho Nacional de Educação mediante pedido de vista e declarações de votos. **A BNCC na contramão do PNE**, v. 2024, p. 8-22, 2014.

ALVES, Giovanni. Notas sobre o golpe de 2016 no Brasil neodesenvolvimentismo ou crônica de uma morte anunciada. **LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane Santana; LUCENA, Lurdes. A Crise da Democracia Brasileira. Uberlândia: Navegando Publicações**, 2017.

CAMPOS, Luiza. **Alphaville do lado de dentro do muro**. YouTube, 06 de junho de 2022. [https://www.youtube.com/watch?v=RrUW\\_-5IZvA](https://www.youtube.com/watch?v=RrUW_-5IZvA)

CARNEIRO, Franco. **Você deve ter visto essa foto da manifestação. Mas não é bem o que parece**. UOL. 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/12/01/voce-deve-ter-visto-es-sa-foto-da-manifestacao-mas-nao-e-bem-o-que-parece.htm>. Acessado em: 16 de dezembro de 2022.

CASSIN, Márcia Pereira da Silva. Dependência e Ultraneoliberalismo: as políticas sociais no Brasil pós-golpe de 2016. **Temporalis**, Brasília, p. 17-33.

DUTRA, Maria de Fatima da Conceição; FREITAS, Renan Moura de. Os impactos da emenda constitucional 95 na educação pública. **Revista Semana Pedagógica**, v. 1, n. 1, 2019.

FRANCO, Alécia Pádua *et al.* Através da janela: o signo do golpe no primeiro turno de votação da PEC 95. **LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane Santana; LUCENA, Lurdes. A Crise da Democracia Brasileira. Uberlândia: Navegando Publicações**, 2017.

FREITAS, Luiz Carlos de. Três teses sobre as reformas empresariais da educação: perdendo a ingenuidade. **Cadernos Cedes**, v. 36, p. 137-153, 2016.

FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FONTES, V. Prefácio na tragédia da pandemia. In: BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C.; FREIRE, S.M. (Orgs.) **Políticas Sociais e Ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

HERMIDA, Jorge Fernando; LIRA, Jailton de Souza. Políticas educacionais em tempos de golpe: entrevista com Dermeval Saviani. **Educação & Sociedade**, v. 39, p. 779-794, 2018.

GARCIA, Teise. A gestão escolar no contexto da privatização na educação básica. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, p. 1355-1376, 2018.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa**. São Paulo: Boitempo, 2019.

LIMA, Antônio Bosco. O golpe. **LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane Santana; LUCENA, Lurdes. A Crise da Democracia Brasileira**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

MALANCHEN, Júlia; SANTOS, Silva Alves. O golpe parlamentar de 2016 e o reordenamento da hegemonia burguesa. **LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane Santana; LUCENA, Lurdes. A Crise da Democracia Brasileira**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

MEDEIROS, Josué. Breve história das jornadas de junho: uma análise sobre os novos movimentos sociais e a nova classe trabalhadora no Brasil. **Revista História & Perspectivas**, v. 27, n. 51, 2014.

NETO, Luiz Bezerra et al. Agosto de 2016: a verdadeira face do golpe de Estado no Brasil. **LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane Santana; LUCENA, Lurdes. A Crise da Democracia Brasileira**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

PERONI, Vera; CAETANO, Maria Raquel; DE LIMA, Paula. Reformas educacionais de hoje. **Revista Retratos da Escola**, p. 415, 2017.

SOBRE AS(OS) AUTORA(E)S

**Leandro Muniz Lima Andrade**

Graduando em história pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Correio eletrônico: leomunizlim@gmail.com

**Darluce Andrade de Queiroz Muniz**

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) Professora Da Educação Básica na Escola Comunitária São Boaventura – Canavieiras, Bahia. Membro do

Grupo de Estudos e Pesquisas Movimentos Sociais. Diversidade e Educação do Campo (GEPEMDEC). Correio eletrônico: darluceaq@hotmail.com

**Ana Paula Souza Báfica**

Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); Professora de Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Escola Comunitária São Boaventura – Canavieiras, Bahia. Correio eletrônico: paulasbafica@hotmail.com

Recebido em: 27 de março de 2023.

Aprovado em: 20 de maio de 2023.

Publicado em: 30 de junho de 2023.